

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

1 Início de conversa...

“Não há educação neutra nem qualidade por que lutar, no sentido de reorientar a educação, que não implique uma opção política e não demande uma decisão, também política, de materializá-la.”

Paulo Freire

Este guia foi elaborado para auxiliar prefeitos e secretários de educação que pretendem implementar políticas de educação integral em seus municípios. A intenção é contribuir para esse processo, particularmente no momento em que se renova a gestão de muitas das secretarias de educação dos 5.565 municípios brasileiros (Censo 2010), com a posse dos prefeitos recém-eleitos. No entanto, também se constitui como material de apoio para educadores, gestores e pesquisadores interessados no tema.

Educação integral está na agenda da educação no Brasil (veja o texto [Por que a educação integral está na pauta da educação?](#)), no contexto de um projeto democrático de sociedade. Nas duas últimas décadas várias conquistas no campo do direito das crianças e dos adolescentes têm balizado o cenário nacional, marcado por um forte movimento pela educação integral no Brasil. Por todo o território vêm surgindo iniciativas impulsionadas por governos municipais e estaduais, pela União e por organizações da sociedade civil que visam propiciar a crianças e adolescentes múltiplas oportunidades de aprendizagem, por meio da ampliação do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia.

Por isso é interessante para os secretários de educação, que estão chegando, conhecer a concepção que embasa essa proposta e entrar em contato com os caminhos e procedimentos adotados por aqueles que já iniciaram o processo.

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

Entre os novos secretários e prefeitos, há certamente aqueles que propuseram qualificar as políticas educacionais por meio de projetos de educação integral e é, basicamente, para estes, que esse documento se destina, pois foi elaborado a partir da sistematização e do estudo que o [CENPEC](#) e a [Fundação Itaú Social](#), em parceria com o [Unicef](#), fizeram, a partir de experiências bem sucedidas, já em desenvolvimento em municípios de várias regiões do país, algumas das quais, inclusive, em parceria.

Essas experiências estão sistematizadas em duas publicações disponibilizadas na forma impressa e digital: [Tendências para a Educação Integral](#), 2011 e [Percurso da Educação Integral](#), 2013.

“*Tendências para Educação Integral*” tem por objetivo contribuir para o debate qualificado, discutindo a concepção de educação integral, percorrendo sua história no Brasil e dando um panorama geral das temáticas, modalidades e arranjos curriculares contidos na implementação de políticas no país, assim como os desafios postos pela prática. A segunda publicação, *Percurso da Educação Integral*, parte desses desafios para mostrar “como se faz”, a partir das experiências de quem já fez, daqueles que pensam e fazem a educação integral em seus municípios.

Com base nessas experiências, podemos afirmar que embora não haja uma forma única de se implementar educação integral, existem claramente algumas iniciativas e procedimentos, que constituem práticas fundamentais nas áreas de atuação educacional, para que a implementação da política de educação integral seja bem sucedida em qualquer lugar, porque tais iniciativas e procedimentos materializam, na prática, a concepção de educação integral que se busca.

Cada município terá sua proposta formatada de acordo com a sua história, com a estrutura da sua rede e com as possibilidades existentes; por isso, em cada município, a política de educação integral assumirá feição própria.

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

Não há uniformidade de ações, nem uma sequência a ser rigorosamente seguida. Certamente há ações que dependem, cronologicamente, de ações anteriores, mas outras não, podendo ocorrer simultaneamente ou em tempos diversos.

Tudo depende dos pontos de partida de cada município, que são dados em função da realidade com que se conta. É essa realidade que vai orientar, por exemplo, a decisão sobre a abrangência da implementação: se contemplará, desde o início, todas as escolas da rede do município, ao mesmo tempo, ou, se iniciará o processo de forma gradativa, começando, por exemplo, por aquelas que estão inseridas em territórios de alta vulnerabilidade e ou com indicadores educacionais frágeis. Ou ainda, se a implementação abrangerá, num primeiro momento, exclusivamente as escolas da rede, para depois ir se expandindo gradativamente, por meio de parcerias com equipamentos públicos de outras secretarias e ONGs da cidade, ou se tais parcerias podem ser estabelecidas já de início.

2 Por onde começar?

Formação da equipe responsável

Nesse percurso é importante considerar que a política é mais que um programa, pois define as diretrizes e a concepção que contempla, na sua inteireza, a cadeia de ações que dela derivam. Tem como função traçar horizontes e orientar caminhos, regulando e/ou normatizando sua realização. Uma política estabelece intencionalidades que costuram programas, projetos e estratégias de médio e longo prazo em seu âmbito.

Assim, para definir a política de educação integral para o município, é importante que a secretaria promova, antes de qualquer outra iniciativa, uma reflexão ampla sobre a concepção de educação integral que a direcionará e faça um diagnóstico inicial dos pontos de partida, ou seja,

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

3

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

das potências e limites das escolas da rede, da secretaria e da cidade, em relação a cada uma das suas áreas de atuação, tendo como referência essa concepção, para poder definir aonde quer chegar, como e quando. Para isso é preciso constituir uma equipe pedagógica e multidisciplinar que tenha uma sólida formação técnica, assim como legitimidade e autonomia para se responsabilizar pela política de educação integral da secretaria e dialogar com a rede no processo de implementação.

Essa equipe deve voltar-se para as condições físicas e materiais existentes, para a estrutura e o funcionamento de suas instâncias de gestão, e para as diferentes práticas instaladas no modo de fazer a educação: administrativas, pedagógicas, sociais e políticas.

Diagnóstico inicial

A pesquisa diagnóstica fornecerá os elementos essenciais para a secretaria mapear os pontos fortes em que pode ser ancorada a proposta, os nós críticos que precisam ser desatados e outras condições que precisam ser instaladas para que se concretize com solidez a política pretendida. Ela deve abordar os seguintes recursos e aspectos:

- **Físicos** – espaços e infra-estrutura disponíveis nas escolas e na cidade.
- **Humanos** – profissionais com que se pode contar e em que quantidade.
- **Legais** - a legislação existente em relação às condições de trabalho, salário e carreira dos profissionais da educação.
- **Sociais** - parcerias potenciais: outras secretarias, ONGs, universidades, famílias, outras escolas do território e a cidade.
- **Pedagógicos** - proposta curricular, formação dos quadros profissionais.

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

- **Políticos** - processos de gestão escolar, comunicação, acompanhamento e avaliação da política.

De posse dessa leitura inicial da rede e do Município e com a clareza de onde quer chegar – educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes – o percurso pode ser iniciado

Para ajudá-lo nesse percurso, este documento abordará as práticas consideradas fundamentais para a implementação da educação integral, apresentando a importância de cada uma e oferecendo dicas e exemplos diversos, retirados de diferentes experiências educacionais brasileiras.

De que educação integral estamos falando?

Estamos nos referindo à concepção de educação integral que considera o sujeito em sua condição multidimensional: física, cognitiva, intelectual, afetiva, social e ética, inserido num contexto de relações, assim como o desenvolvimento de todas essas dimensões humanas como condição de cidadania, num projeto democrático de sociedade. Estamos falando que a centralidade das políticas e o trabalho das instituições é a oferta de oportunidades de aprendizagem para a ampliação do repertório cultural de crianças e de adolescentes, como condição de garantia de direitos, proteção e inclusão social.

Sabe-se que quanto maior for o acesso de uma pessoa aos bens culturais socialmente produzidos, maiores serão suas possibilidades de desenvolver níveis mais elaborados de letramento, obter sucesso escolar e conquistar o crescimento pessoal e social.

Numa sociedade democrática, conhecer o lugar onde se vive, poder circular e se apropriar dos espaços públicos, participar da vida

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

comunitária, visando o bem comum, são aspectos importantes na educação das novas gerações.

É importante também que crianças e jovens aprendam a cuidar de si com responsabilidade, saibam seus direitos e deveres e possam construir seus projetos de vida, buscando, com autonomia, informações e conhecimentos necessários.

Por essas razões, implementar educação integral é muito mais que ampliar a jornada diária de estudos. A concepção de educação integral que defendemos implica o acesso de crianças, adolescentes e jovens a diferentes oportunidades de aprendizagem e de fruição de experiências culturais e educativas, em espaços públicos e privados das cidades onde vivem.

Desta forma, quer seja na escola ou em organizações não governamentais, as atividades desenvolvidas, para além das aulas regulares, devem ter a preocupação de oferecer a possibilidade de crianças e adolescentes vivenciarem, nos espaços disponíveis no bairro e na cidade, experiências que atendam suas necessidades educativas e sociais de interagir com diversos grupos, com diferentes linguagens e discursos e com outras práticas culturais, expandindo o seu relacionamento com as produções culturais contemporâneas e com o território, potencializando os espaços educacionais nele existentes.

É importante que os gestores públicos da educação tenham a clareza de que assumir esta concepção de educação integral implica também assumir uma determinada política de educação que pressupõe algumas diretrizes e práticas compatíveis com o que se busca concretizar. Assim, uma política de educação integral que pretenda concretizar a concepção aqui definida terá compromisso com as seguintes diretrizes e práticas decorrentes:

- Atuar intersetorialmente e em rede, articulando-se às outras políticas públicas do município, às organizações da sociedade civil existentes no território e às famílias.

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

- Conceber uma proposta curricular que integre as atividades do núcleo comum e as oficinas pedagógicas, do núcleo diversificado, estimulando a circulação das crianças e dos adolescentes pelo território, para a apropriação dos espaços públicos da cidade.
- Promover a gestão colaborativa entre as escolas e as diferentes instâncias e instituições educativas do sistema e da cidade.
- Implementar programas de formação continuada e de valorização dos profissionais envolvidos.
- Desenvolver processos de comunicação entre o poder público, os usuários, as famílias e a cidade, assim como processos de acompanhamento e avaliação participativos.

3 Caminhos a percorrer

Aqui você acessa práticas consideradas fundamentais para implementação da educação integral, apresentando a importância de cada uma e oferecendo dicas e exemplos diversos, retirados de diferentes experiências educacionais brasileiras.

1. DIRETRIZES GERAIS

A elaboração e socialização de um documento orientador da política de educação integral a ser implementada no município proporciona direção, segurança e unidade à rede, facilitando a tomada de decisões nos diferentes níveis do sistema.

Partindo do princípio de que pode haver várias modalidades e jeitos de se implementar políticas de educação integral, quanto mais compartilhado for o processo de elaboração das Diretrizes, maiores podem ser as www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

7

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

chances de adesão e a apropriação da proposta, pelos que irão executá-la, o que gerará maior responsabilidade e compromisso com a mesma. O trabalho coletivo fortalece as lideranças envolvidas no processo, pela construção de uma linguagem comum, bem como pela apropriação consistente, pelo grupo, dos pressupostos, princípios e diretrizes para a ação. Dessa forma, a própria elaboração das diretrizes já assume um caráter formativo.

A participação ampliada desenvolve o sentimento de autoria da proposta e facilita a sua comunicação e implementação nas estruturas da secretaria e da rede, tornando esses processos mais eficientes. Ao mesmo tempo, as contradições e os “nós” da prática aparecerão com mais clareza, permitindo uma discussão ampla sobre eles, pelos vários envolvidos.

Ouvir usuários que integram os sistemas de ensino, conhecer as percepções e expectativas de famílias e dos alunos, sobre a educação integral, é um bom começo.

A partir daí, pode-se organizar um grupo de trabalho (GT), composto por técnicos da secretaria e por representantes dos diferentes segmentos do sistema para, como base nos dados de diagnóstico fornecidos pela secretaria sobre a rede e nas informações advindas da escuta organizada, produzir a proposta das Diretrizes Gerais.

Cabe observar que as Diretrizes Gerais produzidas serão as possíveis para aquele momento, naquela realidade, mas deverão apontar a direção para onde se deseja ir, a médio e a longo prazo, tendo como referência a concepção de educação integral que se quer.

Uma forma de se organizarem as diretrizes produzidas pelo grupo de trabalho, em documento orientador para a rede, é estabelecer um roteiro que contemple:

- Justificativa (razões da proposta)

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

- Breve histórico da educação no Município
- Explicitação da concepção de educação integral adotada
- Definição da matriz curricular – núcleo comum e oficinas pedagógicas
- Perfis e funções do quadro funcional
- Estratégias de acompanhamento e avaliação

É importante comunicar sistematicamente aos gestores de escola, aos professores e educadores parceiros, os trabalhos realizados pelo GT, para validações processuais. Essa comunicação e validação contínua favorece o apoio e a adesão da rede e a implementação mais fácil e imediata da política, dada a compreensão ampla da mesma.

De início, a equipe responsável pela elaboração das diretrizes, deve pesquisar e socializar as diferentes propostas de educação integral já implementadas no território nacional, que tenham alcançado sucesso e que possam indicar caminhos e referências para a consecução da sua própria proposta. Conhecer outras experiências ajuda a encontrar identificações, tanto em relação às potencialidades, como em relação às dificuldades, evitando-se cometer os mesmos equívocos já vivenciados por outros. Veja [Percurso da Educação Integral](#).

Em seguida, o grupo deve voltar-se para a própria rede e para o município, com olhar apurado e crítico com a finalidade de diagnosticar os pontos fortes em que pode ser ancorada a proposta de educação integral, os nós críticos que precisam ser desatados e as condições que precisam ser instaladas para que se concretize, com solidez, a política pretendida.

As Diretrizes darão a unidade necessária à rede, sem se contrapor à diversidade e à autonomia das escolas, nos seus territórios. É o que denominamos unidade na diversidade.

Dica:

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

Para as escutas organizadas, é interessante levar, sistematizadas, as principais propostas da administração, assim como os dados do diagnóstico da rede, para orientar o debate e não gerar expectativas que não podem ser realizadas a curto e médio prazo.

Foi assim em:

- **Maringá (PR) - 2009-2012**

A secretaria de educação constituiu um grupo de discussão ampliado (GD), formado por diferentes segmentos envolvidos na implementação da educação integral e legitimados pela rede, para elaborar um conjunto de Diretrizes Gerais, que orientasse a direção a ser seguida pelas escolas. Desta forma, o GD assumiu a seguinte composição: **10 profissionais da rede**, atuando em escolas; **10 profissionais da secretaria**, responsáveis pela política educacional; **a presidente do FUNDEB e a presidente do Conselho Municipal de Educação.**

O GD se dividiu em grupos menores e as produções dos subgrupos iam e vinham, num processo constante de leitura e reescrita, pelos próprios participantes, rodiziando-se as produções para propiciar a contribuição de uns com os outros, tanto em relação à clareza do texto e à desconstrução de equívocos, como em relação a sugestões de inclusões, exclusões ou alterações de ideias e de redação. Os produtos parciais eram socializados em reuniões de formação de gestores e de professores das escolas. Ao final

do processo, as Diretrizes foram apresentadas para a rede, para discussão e validação. [Diretrizes de Maringá](#).

- **Novo Hamburgo (RS) - 2009-2012**

Os princípios e diretrizes votados na 1ª Conferência Municipal de Educação realizada pela secretaria, constituíram a base conceitual e política do projeto de educação integral do município, ao serem discutidas “a escola que temos e a escola que queremos”

Para isso, houve anteriormente uma grande mobilização dos professores e funcionários das escolas que visitaram as famílias dos alunos, em suas casas. O objetivo era aproximar escola e família e diagnosticar as condições sociais e pedagógicas de cada aluno para promover um ensino adequado e de qualidade.

A mobilização inicial dos profissionais e o desenvolvimento da Conferência fizeram a rede pensar criativamente na superação das limitações existentes na política educacional desenvolvida e na potencialização dos acertos conquistados, para planejar a educação do município, para a década. É nesse contexto que o município abraçou e assumiu a educação integral para suas crianças e seus adolescentes. Veja [Percurso da Educação Integral](#).

2. ESPAÇOS E INFRAESTRUTURA

Considerar os espaços e a infraestrutura existentes na rede é uma medida importante de diagnóstico para as tomadas de decisão da secretaria, em relação ao processo de desenvolvimento da política de educação integral, mas não em relação à sua implantação. Ou seja, é possível começar a implementar a proposta de educação integral, independentemente de se terem as condições ideais na rede e na cidade, para que ela funcione. Essas condições são o ponto de chegada e não o ponto de partida do processo.

Conhecer os espaços e a infraestrutura das escolas e dos territórios onde estão inseridas, permite aos gestores da política de educação integral definir a abrangência inicial da implementação: se na rede toda ou se em algumas escolas. E, neste último caso, permite definir melhor a escolha das unidades educacionais por onde a proposta pode ser iniciada e até por quais turnos e alunos, se assim se fizer necessário. Dessa maneira, escolas com quadras, bibliotecas, área externa atrativa e com menor número de alunos podem ser as primeiras a entrar na experiência, enquanto se preparam outras unidades para recebê-la.

Os espaços das escolas (refeitórios, salas de aula, banheiros, áreas externas, sala dos professores, corredores, salas para projetos, cozinhas) apresentam uma diversidade de características, como – dimensões, limpeza, ventilação, iluminação, mobiliário, acústica, segurança e estado de conservação física que devem ser olhados com cuidado para que, eventualmente, sejam tomadas as devidas providências para torná-los adequados.

Do nosso ponto de vista, a questão dos espaços e da Infra-estrutura constitui condição importante para o bom funcionamento das unidades educacionais que ofertam ampliação do tempo de permanência das crianças e adolescentes em ambientes de aprendizagem. Nas escolas em que as boas condições desses espaços estão asseguradas, percebe-se o

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

impacto positivo no cotidiano escolar, facilitando inclusive aspectos da gestão escolar e garantindo-se melhor aproveitamento dos tempos escolares. É preciso, por exemplo, pensar nas instalações relacionadas à higiene, que precisam ser providenciadas, no caso de as crianças fazerem mais refeições na escola ou realizar outras atividades corporais.

Para o funcionamento das escolas de educação integral, necessita-se fundamentalmente de espaços amplos, especialmente nos refeitórios e áreas externas que possam garantir o trânsito seguro dos alunos, além de servirem para diferentes atividades pedagógicas. É preciso também cuidar das condições das salas de aula, pois elas precisam se configurar como espaços de pertencimento, nos quais alunos e professores se sintam confortáveis para permanecer por mais tempo.

O apoio da secretaria aos gestores das unidades escolares que irão assumir a proposta de educação integral é muito importante porque certamente surgirão dificuldades na transição da escola de dois turnos para a escola de tempo integral, desde a organização do uso dos banheiros, do refeitório, da área externa até a complementação do quadro funcional previsto, o que demandará mudanças na logística do atendimento, em busca de uma forma melhor.

Nesse processo, a secretaria enquanto gestora da política deve ajudar as equipes escolares a olhar com outros olhos os espaços existentes no interior da escola e em torno dela, pois muitas vezes a familiarização excessiva com os lugares por onde nos movimentamos nos impede de ver a potencialidade de transformação que eles comportam.

Em nossa concepção, para além da dimensão física, os espaços só podem ser entendidos a partir dos usos, práticas e relações individuais e coletivas que nele se dão.

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

Para reorientar a leitura do território, nessa perspectiva, a metodologia cartográfica pode fornecer subsídios para produzir novos modos de conhecer e compreender o mundo, condição para a transformação social.

O pesquisador/cartógrafo tem como princípio que qualquer pessoa da comunidade possui habilidades, experiências e qualidades que podem contribuir para e com o bem comum. Nesse sentido, procura reconhecer as potências das pessoas, dos grupos, das comunidades, dos lugares e das culturas. Trata-se da tentativa de reverter situações em que fraquezas criam efeitos de imobilidade dando lugar a potencialidades capazes de produzirem transformações de interesse coletivo.

Nesse contexto, a cartografia pode ser utilizada para:

- Investigar como se dão as relações entre instituições e pessoas no território.
- Dar visibilidade as potências locais, e não somente às fragilidades das comunidades.
- Memória e história
- Identificar os movimentos sociais e as pessoas da comunidade potencialmente capazes de produzir, criar e intervir na realidade local.

Ao lançar mão dessa metodologia, a secretaria e as escolas podem descobrir novos espaços pedagógicos para concretizar a proposta de educação integral, além de agregar a ela, novos parceiros.

Como fazer:

- Promover coletivamente uma expedição investigativa no território para identificar possíveis espaços pedagógicos (procure ver os lugares como se fora a primeira vez)

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

- Pesquisar a viabilidade pedagógica e legal de uso para esses espaços (praças, igrejas, áreas abertas, galpões, espaços públicos e ou privados.
- Entrevistar os usuários e responsáveis por esses espaços para efetivar parcerias
- Pesquisar a história dos lugares e seus usos em diferentes momentos.
- Reunir os interessados para planejar novos usos.

É importante frisar que na concepção de educação integral assumida, a apropriação do espaço público pelas crianças e pelos adolescentes e a ação colaborativa entre instituições educacionais são valores fundantes. Assim, buscar parcerias com equipamentos públicos de outras secretarias assim como de organizações da sociedade civil do entorno da escola e da cidade, como um todo, são iniciativas muito valorizadas nessa proposta porque permitem a circulação pela cidade e a ampliação de oportunidades de acesso e de usufruto dos bens culturais nela existentes pelas gerações jovens.

Dica:

Fazer um levantamento das organizações públicas e das organizações da sociedade civil existentes na cidade, com caráter educativo e propostas compatíveis com os princípios da educação integral pretendida, para discutir com elas as possibilidades de cessão e uso dos espaços.

Foi assim em...

- **São Bernardo (SP) - 2019-2012**

O modelo adotado apostou na constituição de parceria entre secretaria e organizações da sociedade civil que viabilizam oficinas

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

pedagógicas, passeios e atividades recreativas com alunos da rede municipal de ensino. As crianças e adolescentes freqüentam espaços da própria comunidade - clubes, praças, ginásios municipais, quadras de rua, salões de igrejas - e equipamentos públicos como bibliotecas, centros culturais e esportivos, parques – de modo a usar todos os espaços potencialmente educativos do território.

- **Piraí (RJ) - 2009-2012**

As atividades da parte diversificada oferecidas aos alunos variam conforme a escolha de cada escola e muitas delas acontecem no espaço escolar, mas todos os educadores envolvidos procuram utilizar espaços ao ar livre, fora da escola, para atividades esportivas, artísticas e de pesquisas, articulando os conhecimentos aprendidos com o que o território oferece. Veja [Percurso da Educação Integral](#).

- **Belo Horizonte (MG) - 2005-2008**

Não é à toa que a política de educação integral no município recebeu o nome de “Belo Horizonte é uma sala de aula”. Desde 2005 até hoje, BH vem buscando integrar os espaços educativos da cidade, na ampliação da oferta de oportunidades de aprendizagem para os alunos do ensino fundamental. Iniciou o processo pela investigação cartográfica e o conveniamento gradual e progressivo da secretaria de educação com ONGs da cidade que desenvolvem atividades sócio-educativas, além de promover a saída constante das crianças e dos adolescentes para espaços públicos importantes da cidade. Um amplo processo de formação conjunta - escolas e ONGs - auxilia os profissionais a planejar, potencializar e integrar tais atividades.

3. PARCERIAS

O conceito de educação integral remete ao conceito de cidade educadora, segundo o qual, todos os poderes públicos constituídos e todos os cidadãos adultos que nela vivem são responsáveis pela educação das novas gerações. Assim sendo, a implementação de uma proposta de educação integral, no município, implica a

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Cidade educadora

“... uma cidade será educadora quando reconheça, exercite e desenvolva, além de suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços) uma função educadora, quando assuma uma intencionalidade e responsabilidade cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e jovens”.

Excerto da Carta das Cidades Educadoras. Declaração de Barcelona: Cidades Educadoras, 1990

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

participação da sociedade civil organizada. Além disso, por força constitucional, no nosso país, Estado, família e sociedade são responsáveis pela educação das crianças e dos adolescentes.

Parceria não diz respeito apenas às ações externas à escola. A primeira consideração a fazer sobre parceiras refere-se àquelas intrínsecas à instituição escolar - a integração e o compartilhamento de planos, ações e responsabilidades, que são a fonte de qualquer inovação na escola e que dizem respeito a todos os profissionais que nela atuam. Nesse processo, a equipe gestora tem papel primordial. Cabe a ela estimular as ações coletivas, propor situações para que isso aconteça e executar as inovações junto com os profissionais.

As ações em parceria podem ter como foco as diversas necessidades dos alunos: as de aprendizagem, as de proteção e as de desenvolvimento. Assim, a parceria tanto pode traduzir-se em apoio material, cessão de espaço físico, midiático, digital, assistência de saúde e medidas de proteção, como propor situações de aprendizagem que enriqueçam as atividades existentes na escola e fora dela, criando novas estratégias de atuação. Aprender sobre o corpo humano e sobre as relações humanas, será, por exemplo, muito mais significativo se forem incluídas visitas aos serviços de saúde, entrevistas com profissionais da área e outras pessoas da comunidade, pois as crianças e os adolescentes poderão compreender as diferentes relações sociais envolvidas na interação entre as pessoas e os grupos sociais e, portanto, aprender que um corpo não é apenas biológico, mas também social e político.

A intenção com as parcerias não é de fundir as instituições parceiras e as características que lhes dão identidade, transformando tudo numa coisa só, mas sim de somar e integrar esforços e o que o de melhor cada uma tem a oferecer, exatamente pela diferença, para a qualificação do projeto de educação integral. O importante é que haja afinidade de atuação com a concepção de educação integral assumida pela secretaria.

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

Ao estabelecer parcerias com outras organizações do território e da cidade, a secretaria de educação disponibilizará um leque maior de oportunidades de aprendizagem para a ampliação do repertório cultural das crianças e dos adolescentes, contemplando tanto as atividades escolares, como as socioeducativas e as de proteção e cuidados, as quais estão no âmbito de outras políticas setoriais como saúde, assistência social, cultura e esporte.

Parceria com as outras secretarias do poder público

Uma ação articulada com outras secretarias como Saúde, Assistência Social, Cultura e Esporte racionaliza políticas voltadas para o mesmo público e amplia a oferta de atividades educacionais às crianças e adolescentes da cidade.

A formação de uma equipe intersetorial, para planejamento de ações conjuntas ou articuladas, compartilhando o atendimento de diferentes políticas para o mesmo público, de forma convergente, potencializará e consolidará a política de educação integral no município.

Não podem faltar nessa equipe intersetorial representantes dos serviços de alimentação, transporte e segurança que dão sustentação à proposta de educação integral, pois a nova política implica ampliar significativamente o número de refeições a serem oferecidas para as crianças e os adolescentes; disponibilizar transporte para a realização de atividades de circulação pela cidade; garantir segurança para que circulem com tranquilidade pelo território.

Cabe ressaltar que a implementação da política de educação integral no município é um momento oportuno para fomentar um diálogo entre as diferentes políticas públicas da cidade em favor de suas crianças e de seus adolescentes, principalmente os mais vulneráveis à exclusão, juntando

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

19

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

esforços para ampliar seu repertório cultural, sem o qual o acesso aos bens socialmente produzidos fica muito limitado.

Parceria com as ONGs que desenvolvem atividades socioeducativas

É muito provável que existam na cidade, por pequena que ela seja, algumas organizações sociais que desenvolvem projetos educativos com crianças e adolescentes. Algumas dessas ONGs desenvolvem projetos pedagógicos criativos e inovadores que podem enriquecer a proposta, agregando a ela valores e potencialidades.

Uma pesquisa no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e no Conselho de Assistência Social ajudará a identificar as ONGs que desenvolvem projetos relevantes, cujo público alvo são as crianças e os adolescentes das escolas. A secretaria de educação pode realizar um chamamento público para apresentar a proposta, convidando-os a serem co-autores. Existem diferentes formas de arranjo e participação das organizações sociais nas propostas de educação integral.

Parceria com os conselhos de direitos

A proposta de implementação da educação integral deverá ser apresentada ao CMDCA do município, órgão responsável pela definição das políticas destinadas às crianças e aos adolescentes, para debate, aprovação e acompanhamento. O CMDCA, assim como outros conselhos poderão contribuir com novas ideias, enriquecendo a proposta original, assim como acompanhar e apoiar a implementação da política definida.

Parceria com as universidades

As universidades locais podem ser grandes parceiras na implementação da política de educação integral, compartilhando ações com as escolas, pesquisas, programas e metodologias de formação e de produção de conhecimentos, tão necessárias para melhorar a qualidade do ensino. A www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

20

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

possibilidade de estudantes de licenciatura e estagiários assumirem diretamente a condução das oficinas pedagógicas da parte diversificada nas escolas propicia, ainda, um ganho mútuo: ganha a escola, que amplia suas possibilidades de ação, recebendo futuros profissionais da área da educação, ganham os estudantes, entrando em contato direto com a prática docente e ganha a universidade ao aproximar-se da escola real. Nesta parceria, todos aprendem.

Parceria com as famílias

As famílias, principais interessadas na política de educação integral, devem conhecê-la, desde o início, e participar de seu desenvolvimento. Nesse sentido, devem ser planejados momentos organizados especificamente para tal.

Uma possibilidade de se obter a adesão das famílias à política de educação integral é a escola, apoiada pelos órgãos locais de representação da secretaria de educação, chamá-las, para explicar o que significa essa política, solicitar apoio e discutir o que podem fazer para participar.

Esse é um momento duplamente formativo: para as famílias, porque terão acesso a informações preciosas sobre a educação de seus filhos, podendo refletir e debater sobre o assunto, o que ampliará o seu repertório e visão de mundo. E para as escolas, pois se beneficiarão com as informações preciosas que as famílias trarão para compreenderem melhor seus filhos e as necessidades e os desafios que enfrentam no dia a dia.

É preciso investir mais no diálogo entre a escola e a família para conhecer melhor como vivem, o que valorizam, e o que esperam da escola. Essas informações ajudarão a equipe escolar a pensar melhor as estratégias de trabalho com as crianças e com os adolescentes e a possibilidade de um

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

21

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

trabalho conjunto. Sem o estabelecimento de relação de confiança mútua, nenhuma iniciativa prosperará.

Além desse momento inicial, as famílias deverão ser chamadas também em outros, no decorrer do ano, previstos em calendário, para discutirem o andamento da implementação da política e expressarem seus pensamentos, sentimentos e visões de mundo.

É fundamental incorporar os saberes e fazeres comunitários e das famílias no desenvolvimento da proposta pedagógica das instituições de ensino. Aspectos da cultura local podem ser incorporados ao currículo das escolas e organizações sociais, enriquecendo as situações de ensino-aprendizagem ofertadas às crianças e aos adolescentes.

Há várias formas de interação possível entre instituições e famílias, para além das reuniões tradicionais. É possível, por exemplo, promover:

- Mesas redondas com assuntos de interesse, em que eles possam participar como expositores também.
- Grupos de discussão, após apresentação de vídeos, filmes ou palestras.
- Oficinas com as famílias com as mesmas atividades socioeducativas realizadas com as crianças e adolescentes.
- Encontros para realização de depoimentos e entrevistas - memória das famílias e da comunidade, diferentes práticas sociais e culturais
- Rodas de leitura de livros de literatura e de poema para os familiares, garantindo o protagonismo das famílias.
- Encontros de Formação para os pais sobre entendimento/compreensão do projeto de Educação Integral.
- Visitas às residências dos alunos, feitas pelos profissionais da escola, no contexto da proposta pedagógica da instituição.

Parceria com outras escolas do território

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

A identidade de toda e qualquer escola pública se configura em três dimensões: dimensão coletiva (organização que faz parte de um sistema de ensino); dimensão local (organização articulada com outras escolas que prestam serviço em um determinado território e sofrem influências dele advindas) e dimensão individual, que faz de cada escola um contexto único marcado por sua singularidade. As políticas de educação integral são concretizadas nas dimensões local e individual das escolas.

Por essa razão, a ação da secretaria deve se fazer no território como um todo, pois faz mais sentido em relação aos princípios e valores que embasam a proposta de educação integral e é mais eficiente quanto aos resultados.

Nessa direção, a ação colaborativa entre as escolas de um mesmo território é um dado que vem sendo apontado por pesquisas educacionais recentes, como iniciativa inovadora em busca da qualidade de educação para todos. Promover a solidariedade entre escolas vizinhas é, portanto, uma medida inovadora que visa a ajuda mútua, extinguindo a prática da competição, geralmente estabelecida entre elas, e a consequente concentração de “bons alunos e bons profissionais”, em determinadas escolas e “maus alunos e maus profissionais”, em outras.

A possibilidade de contar com a contribuição de equipes e equipamentos de outras escolas, somando esforços, amplia o leque de oportunidades, escolhas e ações, em várias direções e potencializa o que de melhor cada uma pode oferecer. Por sua vez, os alunos terão exemplos concretos de solidariedade e de busca do bem comum, valores tão essenciais à sua formação, à vida pública e à cidadania.

Parceria com a cidade

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

23

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

É importante que a cidade acolha a política de educação integral como sua e participe, de alguma forma, para que as crianças e adolescentes envolvidos possam usufruir dela.

Articular o apoio de lideranças da cidade, associações de profissionais, poder legislativo, judiciário, ministério público e da população, em geral, trará grandes benefícios para a política de educação integral no município, pela adesão de seus membros à proposta e pela disponibilização possível de recursos humanos, pedagógicos, culturais e de espaços físicos da cidade. Afinal, todos têm o dever constitucional de se responsabilizar pela educação das crianças e dos adolescentes.

Dica:

Fazer um chamamento das organizações públicas e da sociedade civil existentes no município para comunicar e debater a política de educação integral a ser implementada na cidade e verificar as possibilidades de adesão à mesma.

Foi assim em...

- **Betim (MG)- 2009-2012**

A administração municipal instituiu o **Fórum Intersetorial**,

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

composto por um representante de cada uma das doze secretarias envolvidas. O Fórum (supra-secretarias) rege a implementação da política, com recursos do poder federal e do municipal. Isso significa planejar, executar e avaliar as ações de educação integral, compartilhando decisões, ações e administração do orçamento.

Para viabilizar a sua proposta de educação integral, Betim buscou também a participação de **universidades locais**, com o propósito de desenvolver programas de formação continuada para os educadores; em 2012 contava com 15 universidades parceiras entre federais, estaduais e particulares. Cada universidade atua em uma área de conhecimento que mais se aproxima dos cursos por ela ofertados. Veja [Percursos da Educação Integral](#).

- **Belo Horizonte (MG) - 2005 a 2012**

A política de educação integral em Belo Horizonte vem estabelecendo desde seu início uma forte parceria com as universidades locais. Atualmente são 13 as universidades parceiras, dentre elas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Essa parceria se dá especialmente na formação de alunos de graduação interessados em ministrar oficinas nas áreas de matemática, linguagens, música, teatro, artes visuais, educação física, dança, ciências e acompanhamento pedagógico. Os alunos recebem bolsa e vale transporte, dedicando 20 horas semanais para coordenar oficinas, participar do planejamento junto ao professor comunitário e receber orientação com o professor da instituição de ensino superior que frequenta.

A participação desses alunos de graduação tem como objetivo ampliar sua formação pessoal e acadêmica, a partir da vivência de educador e da experimentação nas comunidades escolares da rede municipal. Além disso, ao envolver a participação efetiva de estudantes e docentes de áreas distintas da UFMG, o programa tem

como meta contribuir para a formação integral dos alunos das escolas municipais de Belo Horizonte.

- **São Bernardo (SP) - 2009-2012**

A secretaria de educação do município adotou o convênio com organizações não governamentais (**ONGs**), que desenvolvem atividades socioeducativas nos territórios da cidade, para concretizar a sua política de educação integral, que prevê parcerias entre escolas e ONGs. Publicou, então, um edital de chamamento das organizações não governamentais da cidade, para apresentar a proposta.

A partir daí, sucederam-se visitas técnicas às instituições candidatas a parceiras, para estudar os espaços disponíveis e entrevistar as equipes de trabalho, de acordo com critérios definidos pela secretaria. Escolhidas as ONGs que mais tinham identificação com a proposta e atendiam aos critérios de elegibilidade para a parceria, formalizou-se o convênio.

- **Canela (RS) - 2009-2012**

Considerando a participação da comunidade como fator essencial para que a escola atinja seus objetivos, a secretaria de educação organizou uma escuta das **famílias** sobre a educação integral que desejavam para seus filhos. Em seguida, fez o mesmo com os alunos. Essa escuta ajudou a equipe a desenhar com mais clareza os projetos de educação integral para a região urbana e rural do município. Veja [Percurso da Educação Integral](#).

4. PLANO DE AÇÃO

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

O Plano de Ação da Secretaria será formulado para os quatro anos da gestão que se inicia, a partir dos dados do diagnóstico da rede e da cidade e da formulação das Diretrizes Gerais para a implementação da educação integral no município.

Ele deverá apontar as grandes linhas de ação e indicar as metas previstas para o período da gestão. A cada ano, após as avaliações das metas parciais atingidas, o plano deverá ser reavaliado. Se a secretaria já iniciou anteriormente uma interação com as outras secretarias, pode contar com suas contribuições já na elaboração do plano, prevendo as ações intersetoriais possíveis na implementação da política de educação integral.

O Plano de Ação da política de educação integral deverá ser simples, conciso e claro, para que todos possam compreender e acompanhar. Deve contemplar os seguintes pontos:

- **Dados da realidade do Município**

Todo Plano de Ação deve conter inicialmente um panorama da realidade educacional do município que justifique as Diretrizes, Objetivos e as Metas propostas. Aqui são explicitados os dados da avaliação diagnóstica realizada anteriormente, contendo um mapeamento dos equipamentos, recursos, espaços, pessoas e organizações envolvidas com educação de crianças e adolescentes. É necessário também fazer referências ao plano

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

nacional de educação (PNE) e aos planos estadual e municipal se já estiverem em vigência. É importante que o Plano de Ação explicite os dados educacionais de desempenho dos alunos da rede.

Consulte o [Brasil Hoje](#) e [QEdu](#)

- **Diretrizes**

O Plano de Ação deve explicitar as Diretrizes Gerais já definidas consensualmente pelo grupo responsável, indicando aonde se quer chegar com a política de educação integral. Exemplo: Desenvolvimento integral das crianças e adolescentes como foco das ações educativas; valorização da cultura local; Fomento à intersectorialidade das políticas e à participação da sociedade civil.

- **Objetivos**

Explicita as prioridades assumidas pela gestão do município na implementação da política de educação integral Exemplo: ampliação da jornada educacional; reorganização curricular; constituição de territórios educativos etc.

- **Estrutura de gestão da política de educação integral**

Explicitação da política de gestão para dar suporte à implementação da educação integral. Exemplo: fortalecimento da equipe central responsável pela educação integral para apoiar as equipes regionais e das escolas no cumprimento das metas; redesenho as rotinas de trabalho e o fluxo de comunicação entre as instâncias, de modo a priorizar o acompanhamento e o apoio técnico às equipes.

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

- **Metas**

Uma meta é um objetivo “almejado” que pode ser mensurado e claramente definido no tempo, ou seja, é definição do ‘que’ e do ‘quanto’ se quer conquistar no tempo previsto. Exemplo: assegurar as aprendizagens requeridas no ensino fundamental; expansão gradativa das escolas de educação integral, durante a gestão, com aumento de 10% das escolas, ao ano; reforma de 10% das unidades escolares; 30% dos alunos da rede no programa de educação integral, até o final da gestão; articular e integrar recursos e programas da administração pública; realizar anualmente seminários regionais para socialização e trocas de experiências das escolas que desenvolvem a proposta etc.

- **Acompanhamento de Processo e Avaliação de Resultados**

O Plano de Ação deve prever as metodologias de acompanhamento/avaliação e as pessoas envolvidas nas diferentes instâncias do sistema (unidades escolares, coordenadorias/diretorias e órgão central). Tradicionalmente, os programas de avaliação das políticas públicas, em nosso país, não privilegiam os processos participativos. É preciso fomentar uma cultura de Avaliação que resulte em decisões negociadas e compartilhadas, bem como na transparente prestação de contas das ações desenvolvidas e dos recursos utilizados. Exemplos: Criação coletiva de instrumentais de monitoramento da política e da aprendizagem das crianças; Encontros semestrais de avaliação, envolvendo as diferentes equipes, para verificação dos prazos e metas definidas no Plano.

O Plano de Ação deverá ser socializado com a rede, com as demais secretarias, com os parceiros, com as famílias, com os alunos e com a cidade, de modo geral, para que todos possam acompanhar sua execução e identificar em que podem colaborar. A cidade deve, sim, ser chamada a colaborar. Esse é o momento de todos os cidadãos exercitarem o que o artigo 227 da Constituição de 1988 prevê: o dever da família, da sociedade

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

29

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

e do Estado assegurar todos os direitos essenciais à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade.

Além das referidas avaliações processuais do Plano de Ação, é interessante que ao final de cada ano se proceda a uma avaliação mais abrangente e participativa, para a escuta dos profissionais que fazem a educação integral acontecer, assim como dos usuários: alunos e famílias. Essa escuta é preciosa para confirmar ou transformar as medidas vigentes, por ocasião da elaboração do Plano de Ação do ano seguinte, além de propiciar o controle social da ação pública.

Dica:

O Plano de Ação deve procurar contemplar todas as áreas de atuação consideradas neste Documento. A equipe deve olhar com atenção as experiências de outras secretarias que há algum tempo desenvolvem a propostas de educação integral, buscando mais detalhes com o aprofundamento da leitura de documentos ou com o contato direto com profissionais que estiveram envolvidos nessas ações. Esse repertório, confrontado com o diagnóstico realizado da sua rede, ajudará a fazer um balanço do que pode ser também utilizado na sua realidade, quando e como.

Foi assim em...

Goiás (GO)- 2011-2012

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Para elaborar o Plano de Ação de implementação da política de educação integral para o estado, a secretaria de educação, com a contribuição de parceiros, produziu uma retrospectiva diagnóstica das ações de educação integral já desenvolvidas no período de 2006 a 2010. Com a análise desses dados e a explicitação das diretrizes pretendidas, organizou as ações a serem desenvolvidas nos quatro anos de gestão, apontando as metas a serem atingidas a cada ano. Esse documento [Plano de Reestruturação da Política de Educação Integral do Estado](#), foi socializado com toda rede para o acompanhamento da implementação da política.

5. PROPOSTA CURRICULAR: a reorganização dos conteúdos educacionais, dos espaços e dos tempos escolares

Um aspecto central a considerar na implementação de políticas de educação integral é a **Proposta Curricular** adotada para a rede. Esse é o momento de retomá-la, discuti-la e reorganizá-la, no contexto da educação integral, considerando os conteúdos educacionais, os espaços de aprendizagem e os tempos escolares.

Os conteúdos educacionais

A proposta de educação integral visa ampliar as oportunidades de aprendizagem das crianças e dos adolescentes, promovendo o desenvolvimento em todas as suas dimensões, o bom desempenho escolar e o desenvolvimento de valores e atitudes de convívio democrático como o respeito à igualdade e à diversidade e o exercício da liberdade, da solidariedade e da participação na vida pública. Isso

www.educacaoparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

significa promover aprendizagens para expandir o seu repertório cultural, por meio do acesso e da fruição de bens culturais aos quais, de modo geral, não têm acesso e que são importantes para sua formação, permitindo-lhes entender e movimentar-se em diferentes contextos sociais.

Estudos recentes apontam que a ampliação do acesso às diferentes linguagens e manifestações artísticas, culturais, esportivas, digitais, assim como à participação na vida social do território em que vivem contribuem para que crianças e adolescentes atinjam patamares mais elevados de letramento e melhor rendimento escolar. Os dados da Prova Brasil de 2007, 2009 e 2011 têm apontado essa progressão.

Mas, como entram tais atividades nos currículos escolares? A parte diversificada do currículo não quer dizer parte separada. Para além do núcleo comum nacional, a parte diversificada constitui oferta de conteúdos condizentes às necessidades específicas das diferentes regiões do país, dos diferentes territórios. Essas novas aprendizagens, portanto, não podem e não devem ficar isoladas no tempo e no espaço das escolas, mas integrar-se às já oferecidas, constituindo um currículo uno e organizado, que contempla os objetivos de cada parte.

Em muitas experiências de escolas de educação integral, percebe-se uma matriz curricular organizada em disciplinas, centrada nos conteúdos clássicos do *núcleo comum* e em *oficinas pedagógicas (culturais, artísticas, lúdicas)*. Geralmente as disciplinas do núcleo comum são ministradas no período da manhã e as chamadas “oficinas” no período da tarde, em alguns dias da semana; os professores desconhecem o trabalho de seus colegas das oficinas (educadores sociais ouicineiros do período da tarde) e vice versa.

Essa cisão entre o que se convencionou chamar de turno e contraturno impossibilita o desenvolvimento de propostas pedagógicas que ofertem situações significativas de aprendizagem e promovam o desenvolvimento

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

32

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

integral de crianças e adolescentes. Romper essa cisão e promover uma articulação curricular, na perspectiva de um currículo único e integrado, que envolva atividades artísticas, culturais, esportivas, tecnológicas e lúdicas e as disciplinas do núcleo comum, é um dos maiores desafios na implementação de políticas de educação integral.

O currículo, entendido como organizador das atividades escolares se materializa em diferentes formas de uso dos tempos e dos espaços pedagógicos. Na concepção de educação integral que defendemos, a organização das atividades nos tempos e espaços da escola devem buscar superar a concepção das oficinas pedagógicas como atividades meramente agregadoras ao currículo ou independentes. No contexto dessa concepção, o currículo assume a parte diversificada como integrante de si mesmo.

A integração curricular não é espontânea, ela é intencional e planejada pelo coletivo das escolas, nos horários pedagógicos internos ou em momentos de formação mais ampla da rede.

Destacamos abaixo alguns exemplos que facilitam a integração curricular:

- A decisão em conjunto, secretaria e escolas, sobre os critérios para a escolha dos conteúdos a serem oferecidos aos alunos, a partir das possibilidades e necessidades existentes nos territórios em que se inserem as escolas, no que a cidade tem a oferecer e na expectativa do público usuário. A escolha conjunta garante maior adesão e compromisso.
- A oferta de um “cardápio” de atividades que podem ser escolhidas pelas escolas, de acordo com a realidade que vivem. Estas, por sua vez, podem também compor outros “cardápios” de atividades para

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

oferecer aos alunos, desde que estejam em consonância com os critérios estabelecidos em comum para a rede.

- A promoção de momentos de formação conjunta e de planejamento coletivo, envolvendo todos: equipe dirigente, coordenadores, supervisores, professores e educadores sociais. Só o compartilhamento constante da concepção de educação integral e de estratégias de concretizá-la possibilita a apropriação na prática.
- A composição das atividades do núcleo comum com as da parte diversificada, num mesmo período. Esta medida permite aos alunos contrabalançar momentos de concentração intelectual com atividades lúdicas e alternar o uso dos espaços da escola. Aos professores e educadores sociais permite a convivência cotidiana para troca de ideias e conhecimento mútuo do trabalho, condição para a valorização da atuação de ambos e para a desejada integração.
- Reorganização do tempo das aulas do núcleo comum, particularmente no ensino fundamental II, como por exemplo, as aulas “dobradinhas”, para que haja mais tempo de envolvimento dos alunos com a aprendizagem, maior interação do professor com os alunos e menos fragmentação do tempo e dos conteúdos.
- Planejamento conjunto de professores e educadores sociais, de atividades que prevejam saídas dos alunos pelo território e pela cidade, com a intenção pedagógica de apropriação do espaço

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

34

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

público e interação com outros lugares e culturas, integrando conteúdos das disciplinas do núcleo comum e da parte diversificada.

Há ainda um fator importante a considerar em relação aos conteúdos educacionais que é a participação dos alunos na indicação das atividades a serem oferecidas na escola de educação integral. Isso pode ser feito por meio de consulta organizada, podendo-se contar com o grêmio estudantil, se houver, ou com alunos representantes de classe, para ajudar na divulgação da consulta e no processo de escolha e de sistematização das atividades sugeridas. Esse procedimento de interação e diálogo entre equipe gestora, coordenação/supervisão pedagógica, professores, educadores sociais e alunos, proporciona voz e protagonismo aos jovens, envolvimento dos profissionais da educação e adesão à proposta.

Dica:

Organizar uma comissão interna, em cada instituição, com representação dos vários segmentos para, junto com gestores e coordenadores pedagógicos, discutirem e sistematizarem propostas de articulação curricular a serem apreciadas pelo coletivo da escola.

Foi assim em:

- Santa Bárbara d'Oeste (SP)

A secretaria oferece 9 horas de educação integral diariamente às crianças, com projetos de trabalho nas áreas do conhecimento e oficinas pedagógicas. As atividades foram organizadas de forma a mesclar as pertencentes ao núcleo comum com as do núcleo diversificado, na perspectiva de um currículo único. Desta forma,

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários etc.) passou a valorizar as diferentes formas de aprendizagem e a reconhecer que tanto as atividades do núcleo comum como as do núcleo diversificado são fundamentais para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Veja [Percurso da Educação Integral](#).

- **Mesquita (RJ) - 2009-2012**

As escolas tiveram autonomia para propor uma pesquisa junto a professores, alunos, pais, funcionários, parceiros, para definir as novas atividades (do núcleo diversificado) que deveriam ser oferecidas às crianças e aos adolescentes. Uma das escolas optou por desenvolver a consulta aos alunos, tendo como mobilizador o grêmio estudantil. Foi realizado um questionário para levantar as preferências dos alunos. Os resultados foram apresentados e debatidos com os professores da escola e, depois, com a equipe gestora; essas discussões ajudaram o grêmio a organizar uma votação para finalizar o processo. Veja [Percurso da Educação Integral](#).

Os espaços de aprendizagem

Com relação à organização dos espaços de aprendizagem, entendemos que todos os ambientes da escola podem ser utilizados como salas de aula: o auditório, a sala de leitura, a biblioteca, a sala de informática, o laboratório de ciências, a cozinha, o refeitório, as áreas externas da escola e a quadra esportiva, tornando-se espaços de circulação e uso comum para a aprendizagem, durante o período de aulas. Em algumas escolas observa-se que, embora existam essas estruturas, elas ainda são subutilizadas. Parecem funcionar como espaços “sacralizados”, utilizados www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

apenas em situações especiais, - eventos, aulas de projetos, reuniões especiais.

Ainda quanto ao uso dos espaços, é importante considerar que as crianças e os adolescentes não devem permanecer o tempo todo dentro das unidades educacionais. As organizações sociais (ONGs) e os diferentes equipamentos públicos do entorno, como unidades básicas de saúde, bibliotecas, centros esportivos e culturais, museus, praças e parques, são potenciais parceiros para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica que contemple a apropriação do território e o envolvimento de diferentes atores sociais na educação de crianças e de adolescentes.

Mas, apenas circular pelos espaços de outras instituições ou usá-los, não basta para uma política de educação integral. Há um desafio maior no que diz respeito à implementação de uma proposta curricular integrada: o diálogo constante entre as instituições envolvidas e a realização de planejamentos conjuntos.

Assim, visitas mútuas entre as instituições, reuniões entre as equipes de profissionais das escolas, das ONGs e de outras secretarias, assim como a realização de algumas formações conjuntas, são importantes recursos para criar vínculos entre as instituições e integrar o trabalho de ambas.

Dica:

Propor que os profissionais responsáveis pelos espaços normalmente não ocupados ou subutilizados como ambientes de aprendizagem façam, eles próprios, um levantamento do que pensam que as crianças e os adolescentes poderiam aprender neles e como podem colaborar para isso. Esse exercício pode ajudar a transformar a visão que se tem desses espaços e da própria função exercida pelos funcionários, o que também tem caráter formativo.

Foi assim em:

- **Mesquita (RJ) - 2009-2012**

Com a necessidade de ampliar os espaços para realizar as atividades diversificadas do currículo da escola de educação integral, a secretaria de educação estimulou o estabelecimento de parcerias, pelas escolas, com organizações do território, tanto públicas como não governamentais (associações de moradores, praças, fundações, clubes etc.), assim como o desenvolvimento de aulas-passeio, disponibilizando para isso dois ônibus exclusivos para atender a demanda das escolas. O objetivo é que os jovens possam se apropriar dos espaços públicos e estabelecer uma relação de pertencimento com a comunidade e com a cidade onde vivem. Veja [Percursos da Educação Integral](#).

- **Campo Grande (MT) - 2005-2008**

O conceito de aula foi substituído por conceito de “tempo de estudo” em que se organizam os diferentes “**ambientes de aprendizagem**”, nos quais são trabalhados aspectos do currículo da base comum e da diversificada. O projeto enfatiza que a principal atividade dos alunos é estudar e não frequentar as aulas e que por estudar entendem-se também as atividades monitoradas pelos próprios alunos, as saídas para pesquisas, o movimento e a interação entre as crianças nos diferentes ambientes da escola. Veja [Percursos da Educação Integral](#).

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

Os tempos escolares

O Ministério da Educação define escolas de tempo integral como aquelas que ofertam, no mínimo, 7 horas para atividades de ensino – aprendizagem. No entanto, existem experiências com 8, 9 ou até 10 horas de permanência de crianças e adolescentes nas unidades escolares.

O êxito ou o fracasso dessas experiências podem estar relacionados às propostas pedagógicas desenvolvidas. Todos reconhecem que mais tempo na escola interfere positivamente na capacidade de aprendizagem das crianças, que têm ritmos e jeitos diferentes de aprender, porque permite que haja um tempo mais apropriado para a interação com os conhecimentos, com os recursos de aprendizagem, com os professores ou educadores sociais, com os colegas.

Mas, se o aumento do tempo é preponderante para a melhoria da qualidade da educação ofertada, somente a sua ampliação não é suficiente para garantir aprendizagem. É preciso qualificar esse tempo, oferecendo diversidade de conteúdos, especialmente os ligados à arte, à cultura, às modalidades esportivas e à ludicidade, flexibilizando os tempos e promovendo novos reagrupamentos de alunos por meio do trabalho com oficinas e projetos.

É preciso repensar a escola e a forma como ela se organiza (espaços, tempos, conteúdos), buscando modos mais flexíveis de funcionamento. Igualmente importante é construir metodologias que valorizem a experiência e o protagonismo das crianças e dos adolescentes, tornando a escola mais atraente e mais engajada na comunidade e na sociedade contemporânea.

O tempo que os professores permanecem na escola também tem que ser repensado, especialmente quando a modalidade de educação integral implantada é do período ampliado dentro da escola.. Na medida em que o professor também permanece mais tempo na unidade escolar tem a

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

39

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

possibilidade de estabelecer vínculos e maior identidade com o lugar, de conhecer melhor os alunos, a comunidade escolar, o entorno e os colegas de trabalho (funcionários, professores, gestores). Além disso, pode participar do horário coletivo, fazer planejamentos individuais e coletivos; buscar maior articulação entre as disciplinas do núcleo comum e as oficinas; garantir atendimento aos pais e responsáveis.

Também é preciso promover um equacionamento entre tempo de trabalho individual e tempo de trabalho coletivo dos alunos. Hoje, grande parte das iniciativas de educação integral reserva um tempo para atividades de atendimento individual, sob forma de “reforço ou recuperação de aprendizagem”. Essas atividades devem ser planejadas pelo professor de sala de aula e pelo professor da oficina, juntos, e contemplar várias formas de trabalho com os conteúdos, atendendo aos jeitos diferenciados de cada um aprender.

Dica:

Orientar as equipes de cada escola para organizarem seu calendário, prevendo horários comuns de planejamento entre professores, educadores sociais e coordenadores/supervisores pedagógicos, para discutirem a articulação entre as atividades de sala de aula, as das oficinas pedagógicas e as de movimentação pelos espaços da escola, redistribuindo o tempo destinado a cada uma delas.

Foi assim em:

- **Piraí (RJ) - 2009-2012**

A secretaria reviu a lógica de 50min de aula nas classes de 5º ao 9º ano, que passaram a ter 2 horas de aula antes e depois do recreio. Essa mudança permitiu que os alunos entrassem em outro ritmo de aprendizagem, que os professores tivessem mais tempo para

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

trabalhar os conteúdos e atender mais os alunos, individualmente, além de propiciar uma nova organização que permite a participação dos professores no “Tempo de Estudo”, destinado à troca entre os docentes, à formação continuada e ao planejamento.

- **Rio de Janeiro (RJ) - 2009-2012**

A secretaria passou a fazer concursos para professores, com a carga horária de 40 horas, a fim de fixar os docentes na escola, oportunizando mais tempo para o processo de ensino-aprendizagem, maior interação com os alunos e com as famílias e mais tempo para a formação continuada e a convivência com os colegas. Desta forma, o novo perfil de educador, exigido pela educação integral, vai sendo constituído, na prática, no próprio processo de constituição da escola de educação integral, ao se mudarem as condições concretas para sua existência. Veja [Percursos da Educação Integral](#).

6. GESTÃO COLABORATIVA

A Gestão é mais um aspecto central a se analisar na implementação de políticas de educação integral. É preciso reconhecer o papel das equipes gestoras, tanto da secretaria, como das escolas, como determinante na melhoria da qualidade da educação para crianças e adolescentes.

Assim como é necessário criar na secretaria uma estrutura para gerenciar a política de educação integral, também se faz preciso estruturar e apoiar

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

a equipe gestora da escola, uma vez que a implementação da educação integral mexe bastante com a rotina da escola, afetando o seu cotidiano.

Por isso, definir previamente o perfil dos gestores que irão assumir as escolas de educação integral é uma ação importante no direcionamento da ocupação dos cargos. Cabe ressaltar que a boa capacidade de planejamento e organização, a criatividade, a persistência, a liderança política e pedagógica junto à equipe docente e a boa gestão de pessoas são características fundamentais para os desafios colocados pelas escolas de educação integral.

Não se faz educação integral sozinho. Assim, quanto mais houver participação e mobilização dos gestores das escolas, maior será a adesão à proposta. Da mesma forma, cabe a esses gestores mobilizar os profissionais de suas escolas e chamá-los à participação, como co-autores, para também aderirem à proposta e colaborarem para seu sucesso, dando-lhe a “cara” da escola, de acordo com as demandas e os recursos de que dispõe para atendê-las. É importante que os gestores promovam encontros com os vários segmentos que atuam na instituição, para repensarem os seus papéis na nova política, buscando os pontos de intersecção entre as várias atuações e expandindo as capacidades individuais.

Outro aspecto importante a considerar é o exercício da gestão colaborativa entre as escolas de um mesmo território. A escola não pode ser uma ilha no território, nem uma ilha no sistema. Interagir com as outras unidades escolares da região, planejar determinadas ações em conjunto, estabelecer parcerias, partilhar momentos de formação e de avaliação ajudam na qualificação dos encaminhamentos e no seu fortalecimento institucional.

A gestão da educação integral nas escolas, assim como nas instâncias centrais, precisa cuidar muito bem da adesão dos profissionais que

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

42

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

atuarão no Projeto, pois a experiência tem mostrado que, quando existe essa adesão, o empenho dos envolvidos é maior e os resultados também.

A participação de pais, da comunidade e de conselhos de direitos no planejamento, apoio e acompanhamento do projeto favorece o seu sucesso. Daí a importância da comunicação constante entre secretaria, escolas, conselhos, comunidades e famílias. Mas, para que as famílias participem, precisam compreender a proposta, quais são seus objetivos, metas e como se pretende desenvolvê-la. Essa tarefa pedagógica cabe às escolas e à secretaria.

O diálogo entre os órgãos oficiais e as famílias pode ser um momento rico de interação e uma oportunidade ímpar de se contribuir para a sua formação, na medida em que o que está em jogo é a ampliação do tempo de permanência das crianças e dos adolescentes, no ambiente escolar. É preciso entender esse tempo a mais na escola, na perspectiva de novas oportunidades de aprendizagem e do empoderamento e pertencimento das crianças e dos adolescentes com relação ao espaço da escola e ao espaço da comunidade, o que requer esforços pedagógicos e de gestão.

E a gestão escolar não pode ser pensada exclusivamente de dentro das escolas; as comunidades trazem um capital social e cultural que é fundamental para democratização dos processos de decisão. Nessa perspectiva, é preciso que a gestão flexibilize rotinas e processos que melhor identifiquem e atendam as demandas convergentes entre escola e comunidade.

Em algumas experiências de educação integral, a presença dos responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes, nas instituições, tem se verificado em grande número, mais pela obrigatoriedade dos programas de transferência de renda (ex. bolsa família) do que pelo compromisso e reconhecimento da importância desses programas. Essa é uma oportunidade especial para compartilhar o significado do acesso a educação integral como uma questão de Direito inalienável de crianças e adolescentes.

www.educacaoparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

As famílias devem ser chamadas também a refletirem sobre a ampliação da jornada, definindo-se os direitos e responsabilidades da escola, da família e das organizações sociais parceiras.

Outro ponto importantíssimo para escolas de educação integral é a participação dos alunos em processos consultivos e decisórios (grêmios estudantis e representantes de classe). Esse processo não pode se situar apenas no registro do “discurso”; é preciso consolidar esses canais de comunicação e participação para que as crianças e os adolescentes se sintam autores e protagonistas nas questões escolares. É preciso partir do princípio de que crianças, adolescentes e jovens são capazes de produzir, criar e intervir. Os alunos têm condições de atuar na proposição e organização das propostas de jornada ampliada, inclusive a implementação da educação integral pode ser um elemento altamente catalisador da participação dos alunos.

No entanto, no tocante ao funcionamento dos conselhos de escola e à comunidade, muitas vezes eles funcionam como chancela de decisões pré-estabelecidas já tomadas e/ou encaminhadas pela equipe ou grupo dirigente da escola. Isso não resolve os dilemas referentes à gestão democrática da educação; é preciso definir estratégias e mecanismos que tornem essas instituições mais atraentes, participativas e eficientes, especialmente para os processos de tomada de decisão. O bom funcionamento dos conselhos é fundamental para as escolas de educação integral, pois essa nova modalidade de escola requer participação efetiva de pais.

Dica:

Organizar no ano, em cada escola, a realização de alguns encontros coletivos com as famílias (dois ou três), com a presença da equipe gestora e de representantes da secretaria da educação para:

- *apresentar e discutir a proposta de educação integral, antes de se iniciar a sua implementação;*
- *comunicar a situação em que se encontra na rede, no decorrer do*

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

seu desenvolvimento;

- *avaliar os avanços e dificuldades, ao final de cada ano.*

Foi assim em:

- **Betim (MG) - 2009-2012**

Para garantir a participação e o envolvimento de todos na política de educação integral, realiza-se anualmente, na cidade, o Fórum ampliado com a comunidade, para avaliação dos trabalhos e prestação de contas. Há também encontros regionalizados e centralizados com as famílias, no decorrer do ano, para discussão sobre o andamento da proposta.

- *Canela (RS, (2009-2012).*

A secretaria da educação medeia a articulação entre os espaços educativos e os diferentes atores envolvidos, cumprindo papel diferente do que tem sido feito até hoje. Aos pais não cabe apenas participar da APM ou do Conselho de Escola. Eles participam sugerindo encaminhamentos, opinam sempre e até trabalham para e pela escola onde os filhos estudam.

7. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS EDUCADORES

A implementação de uma política de educação integral exige novos perfis de profissionais que atendam às especificidades e singularidades das escolas de educação integral, o que implica em esforços, por parte da gestão da política, para garantir algumas condições de sustentação da mesma: formação continuada e constante de todos os segmentos

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

envolvidos e valorização dos profissionais: professores, educadores sociais, funcionários, gestores.

Formação

Nas experiências mais exitosas do país, as secretarias desenvolveram processos formativos, tanto de caráter administrativo como pedagógico, envolvendo diretores, assistentes, coordenadores pedagógicos, professores, educadores e funcionários.

A formação é indispensável para que os objetivos do projeto de educação integral sejam não apenas conhecidos por todos os integrantes da comunidade escolar, como também partilhados, processo que ocorre quando se dá a reflexão e o debate sobre eles.

A adesão dos profissionais se fortalece no próprio processo de fazer, de operacionalizar o projeto e refletir sobre ele. Assim, é necessário garantir, no decorrer de todo o processo de implementação da política de educação integral, tempo de discussão coletiva, de horários de estudo e de planejamento para que possam discutir as questões advindas da implementação, buscar referências teóricas e avaliar os passos dados. A formação dos profissionais deve contemplar tanto as questões emergentes da própria escola, como as referentes à rede, em geral.

Nesse contexto, é importante investir na formação da equipe técnica da secretaria considerando formação teórica consistente, com acúmulo de experiências na área da educação, e sensibilidade para o contato com os profissionais e com as instituições envolvidas.

As equipes escolares também precisam ser formadas para a nova proposta. Esse é um papel importante que cabe aos próprios técnicos desempenhar, enquanto grupo responsável pela implementação da política, ou com a ajuda da universidade ou centros de formação mais afinados com a concepção de educação integral e com as Diretrizes Gerais da secretaria.

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

Os técnicos devem ajudar também na articulação dos diferentes profissionais das escolas, como gestores, supervisores, coordenadores e educadores, exercitando com eles o planejamento conjunto da proposta geral da instituição e da atuação de cada um, na sua especificidade. Da mesma forma, devem acompanhar o desenvolvimento das ações planejadas, detectando as dificuldades de percurso, orientando, dando apoio, discutindo encaminhamentos e buscando, no coletivo, possíveis soluções.

Quando a parceria com as ONGs estiver estabelecida nos territórios, cabe aos técnicos atuar também na articulação entre as instituições, entre os profissionais que atuam nessas instituições e entre as respectivas propostas de trabalho, promovendo reuniões pedagógicas conjuntas, encontros cronogramados de formação para as duas equipes, juntas, e momentos de avaliação, também conjuntos.

Como se pode verificar o papel da equipe técnica da secretaria, no que toca aos programas de formação é fundamental e de grande responsabilidade, o que implica bastante cuidado na sua constituição.

Valorização dos profissionais

A valorização de quem faz educação integral é imprescindível. Sem profissionais competentes e dedicados, com visão de mundo ampliada e repertório cultural consistente; com disponibilidade para estudar, planejar, registrar e avaliar sua própria prática e com sensibilidade para cuidar da relação com as crianças e com os adolescentes, não se faz educação integral.

Como valorizar os profissionais? É preciso pensar em condições de trabalho e salariais; na sua participação nas políticas educacionais do município e na formulação e implantação de um plano de carreira, que www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

abram oportunidades para crescerem e se desenvolverem profissionalmente, tendo, inclusive a oportunidade de se afastarem, remuneradamente, para estudarem nas universidades e realizarem pesquisas na rede.

Se o município ainda não conta com o Plano Municipal de Educação, é hora de pensar nele, pois constitui um importante instrumento legal para garantir a continuidade da política educacional, para além das mudanças de administração, fortalecendo a política de Estado e os profissionais que a realizam.

Outra forma de valorizar os profissionais da educação é a promoção, pela secretaria, de eventos de socialização de trabalhos bem sucedidos de sala de aula e de equipes de escola, por meio de mostras, congressos e publicações como relatos de prática, jornais e coletâneas. Esses eventos podem ser também promovidos e planejados por um conjunto de municípios vizinhos que desenvolvem educação integral em suas redes. Vale, ainda, o estímulo à apresentação de trabalhos, pelos professores, educadores sociais, coordenadores e supervisores pedagógicos, gestores e técnicos da secretaria em eventos de maior porte, como congressos estaduais e nacionais afins.

Dica:

Organizar uma formação intensiva para a rede, logo no início da implementação da política de educação integral, envolvendo todos os segmentos, juntos ou em rodízio, para estudarem e debaterem as Diretrizes Gerais, sintetizadas em documento da secretaria, assim como para pensarem nas estratégias de viabilização mais condizentes às suas unidades escolares. Se os segmentos das escolas estiverem juntos na formação, poderão sair do encontro já com um plano delineado de ação.

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

48

Para valorizar as práticas inovadoras que surgirem a partir daí, no percurso da implementação da política de educação integral no município, a secretaria pode instituir a realização de congressos anuais, com a apresentação de trabalhos desenvolvidos na rede, por profissionais das escolas e de instituições parceiras e a participação de pesquisadores de universidades locais, dedicados às questões da escola pública, para promover o avanço do debate teórico.

Foi assim em...

- **Belo Horizonte (MG) - 2005-2012**

O modelo de educação integral adotado no município prevê a atuação articulada de escolas da rede com as ONGs da cidade. Para isso, a secretaria vem desenvolvendo um amplo programa de formação, envolvendo profissionais de ambas as instituições: gestores de ONGs, professores comunitários das escolas, educadores sociais, agentes culturais e estagiários das universidades.

Ao colocar juntos, educadores de instituições diferentes, que atuam no mesmo território e com as mesmas crianças e adolescentes, busca-se potencializar a interlocução entre eles, promover a troca de saberes e de experiências, bem como concretizar o exercício do planejamento conjunto. Os focos da formação são: a articulação entre o núcleo comum e as oficinas pedagógicas, entre escolas, ONGs e famílias e entre os espaços de circulação dos estudantes

Para promover a aproximação e o intercâmbio entre as equipes das

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

escolas e das ONGs, além de estudos e oficinas, incluem-se na formação visitas mútuas dos profissionais às instituições parceiras. A secretaria conta com a parceria de universidades locais, centros de estudos e fundações para desenvolver seus programas de formação.

- **Eusébio (CE) - 2005-2012**

A formação continuada é prioridade para a secretaria de Eusébio, desde 2006. Por isso foi formada uma equipe técnica consistente, na secretaria, de pedagogos e de assessores em Língua Portuguesa e Matemática, que realizam encontros de formação sistemáticos nas escolas da rede (mensal ou bimestralmente) e acompanham de perto o desenvolvimento do trabalho nas 25 unidades de educação infantil e nas 30 de ensino fundamental, de 1º ao 5º e do 6º ao 9º. Esses técnicos acompanham a didática dos educadores, a dinâmica da sala de aula e o desenvolvimento do currículo.

Os encontros de formação, nas unidades, duram 8 horas e envolvem professores, educadores responsáveis pelas atividades complementares, coordenadores pedagógicos e diretores.

O fato de a formação acontecer na escola ajuda a que ela atenda mais diretamente às necessidades dos profissionais. Os técnicos da secretaria ainda apóiam diretores, professores, coordenadores pedagógicos e educadores nos planejamentos estratégicos e nas avaliações.

- **Russas (CE) - 2005-2012**

Investir na implementação de políticas de educação integral também envolve pensar estratégias que visam à reestruturação e valorização da carreira do professor, como uma das ações fundamentais para a consolidação de uma proposta de educação

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

de qualidade. Em 2005, a secretaria desencadeou uma série de discussões sobre as condições de trabalho e salariais dos professores, que vieram a consolidar, em 2010, o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração (PCCR) dos integrantes do quadro do magistério, ação que vem auxiliando a efetivação da política de educação integral no município.

A grande parte dos responsáveis pelas atividades da jornada ampliada são professores efetivos da rede, com uma jornada de 40 horas, regulamentada por lei municipal.

O trabalho pedagógico coletivo foi incorporado à jornada de trabalho, a partir da promulgação da lei 1285/2010, que estabelece as bases para o PCCR, e está em consonância com a Lei do Piso Salarial do Magistério, inclusive em relação ao estabelecimento do piso salarial do professor, que prevê que um terço da carga horária dos professores seja direcionado às atividades extraclasse. Dessa forma, os professores têm a garantia de que das 40 horas semanais trabalhadas, 28 horas serão em atividades de docência e 12 horas serão destinadas às atividades de complementação pedagógica. Já os professores que cumprem jornada de 20 horas semanais, dedicam-se 14 horas à docência e 6 horas, exclusivamente, às atividades de complementação pedagógica.

Segundo a secretária de educação de Russas, estabelecer períodos dedicados a estudos, planejamento e avaliação, dentro da jornada de trabalho, implicou a contratação de mais professores, porém a mudança foi necessária, porque “é preciso estruturar e valorizar a carreira dos professores, pois eles são peça fundamental na consolidação de uma política de educação integral”.

8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.

O acompanhamento e a avaliação da política de educação integral, como em qualquer política, têm, além da necessária transparência para cumprir a função de prestação de contas da ação pública, a função de apontar se o que está sendo realizado está na direção dos resultados pretendidos e explicitados no início de sua implementação ou se requer correção de rumo. Nessa perspectiva, assumem caráter formativo, ao proporcionar a todos os envolvidos, elementos de reflexão e de aprimoramento de suas concepções e práticas. Veja capítulo 4 “Monitoramento e avaliação em Programas de Educação Integral”, publicação [Percurso da Educação Integral](#).

Para que o acompanhamento e a avaliação constituam realmente recursos que beneficiem o avanço da proposta, devem ser compartilhados com todos os envolvidos, desde o início, ou seja, todos devem ter a oportunidade e a responsabilidade de acompanhar e avaliar os processos e os resultados, assim como definir os indicadores desses resultados, mesmo que com atribuições e responsabilidades distintas. Optar pela avaliação participativa é assumir uma perspectiva democrática do processo avaliativo.

O acompanhamento e a avaliação da política de educação integral são processos que devem focar prioritariamente as aprendizagens das crianças e dos adolescentes e a condução dos processos pelos profissionais, pelas instituições e pela própria secretaria de educação.

O papel da equipe de técnicos da secretaria, mais uma vez é de fundamental importância para ajudar as equipes das escolas e das ONGs, quando for o caso de parcerias, a produzir instrumentos adequados e consistentes de acompanhamento e de avaliação dos produtos (aprendizagens) e dos processos.

Cabe lembrar que os próprios encontros de formação, as reuniões de trabalho e as paradas planejadas para balanço são momentos importantes

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

do acompanhamento e da avaliação. Assim, a secretaria deve planejar, desde o início, momentos específicos para coleta e sistematização de dados, ao longo do tempo, que podem ser organizados e expressos em diferentes linguagens como relatórios, vídeos, fotos, entrevistas e depoimentos, para comporem o registro desse processo.

Dica:

Constituir uma equipe com representação das secretarias envolvidas, das escolas e ONGs para realizar o acompanhamento e sistematizar registros para comunicação constante do processo de implementação da educação integral. Ao final de cada ano da gestão, pode ser organizado um seminário de trabalho, reunindo os diferentes segmentos de profissionais, alunos, famílias e parceiros para:

- *Apresentação, pela secretaria, com base nos registros realizados pela comissão, das metas atingidas, dos avanços conquistados pelos alunos, profissionais, escolas e sistema e dos desafios postos pela prática, no desenvolvimento da proposta.*
- *Discussão em pequenos grupos heterogêneos para debaterem os resultados apresentados e proporem sugestões.*
- *Plenária de apresentação das sugestões.*

Foi assim em...

- **Belo Horizonte (MG) - 2005- 2012**

Preocupada em avaliar os impactos do programa de educação integral no

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

município, a Secretaria de educação estabeleceu parceria com a Fundação Itaú Social para mensurar os resultados conquistados desde sua implementação ([Avaliação de impacto do Programa Escola Integrada de Belo Horizonte](#)). Foram focos da pesquisa: as aprendizagens das crianças e adolescentes, a socialização e convivência, a participação em atividades culturais, educacionais e esportivas, entre outros.

Foi utilizada a metodologia de avaliação econômica de projetos sociais, com a comparação de 2 grupos: de beneficiários (ou tratamento) e de comparação (ou controle).

Foram envolvidos na pesquisa uma amostra de 30 escolas em um universo de 181 e 2675 alunos. Foram percebidos resultados positivos em quase todas as dimensões analisadas, demonstrando inclusive a melhoria do desempenho escolar das crianças que participam das atividades de ampliação da jornada. Exemplos de dimensões analisadas:

- Aumento da Leitura no Ano (entre 2006 e 2007)
- Aumento do Uso de Computador no Ano (entre 2006 e 2007)
- Frequência a atividades culturais
- Prática de esportes
- Melhoria nos Hábitos de Higiene e Alimentação
- Incorporação de Estudos
- Maior interação Social

Destaca-se ainda, o diferencial positivo para o grupo de participantes do Programa do tempo alocado para o estudo, para o lazer e para as atividades esportivas, no balanço do tempo dentro da escola e fora da escola.

- **Santos (SP) - 2009-2012**

A construção da Matriz de Monitoramento do Programa de Educação Integral teve como base os **Quatro Pilares da Educação** (UNESCO – aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser). Durou aproximadamente um ano e envolveu ampla consulta entre professores, alunos, educadores sociais, pais, coordenadores,

diretores e técnicos da secretaria, por meio de vários instrumentos como urnas em ônibus escolares, entrevistas e questionários.

Em seguida, foram constituídos grupos de trabalho que selecionaram 28 aprendizagens selecionadas dentre as sugeridas, seguindo os seguintes critérios: interesse das crianças e dos adolescentes; relevância social das aprendizagens e viabilidade na execução. Foram organizadas duas Matrizes: uma para crianças de 7 a 12 anos e outra para adolescentes de 13 a 17 anos.

As matrizes foram construídas no início do trabalho para permitir que ele fosse acompanhado durante todo o processo e não só ao final. É preenchida durante o ano, com base em registros dos professores e dos educadores, desde listas de presença e avaliações escritas, assim como registros de entrevistas, de rodas de conversa, de avaliações pós-oficina. Link da Matriz

- **São Bernardo (SP) - 2009-2012**

A metodologia de construção do instrumento de Monitoramento e Avaliação também foi colaborativa e participativa em São Bernardo, envolvendo gestores e técnicos da secretaria de educação, diretores e coordenadores pedagógicos de escolas e ONGs, professores articuladores e educadores sociais. Foram eleitos três focos para serem monitorados e avaliados: **Processos**; **Aprendizagem** e **Qualidade**, a partir dos quais construíram-se os seguintes indicadores de avaliação: gestão democrática; articulação no território e na cidade; formação e condições de trabalho; práticas educativas; infra-estrutura e condições materiais; acesso e permanência; convívio e interações.

Os indicadores referem-se a dimensões que expressam certas realidades que se esperam construir no âmbito do Programa Tempo de Escola.

Visam, além de capturar a percepção da comunidade sobre

diferentes aspectos da realidade pretendida, tornar o processo de avaliação uma ação pública. Veja [Portal da Educação de São Bernardo](#).

9. COMUNICAÇÃO

A comunicação sistemática do desenvolvimento da política de educação integral é outra medida relevante de compartilhamento, adesão e sucesso, porque permite o acompanhamento da implementação da política em questão, por todos, garantindo transparência e controle social.

A comunicação deve ser continuada e realizada pela secretaria, em duas direções: para dentro do sistema e para fora dele. No primeiro caso, trata-se de manter contato e diálogo constante com os profissionais que desenvolvem a proposta nas escolas e instituições parceiras, com as famílias, com os alunos e com as outras políticas para a infância e a juventude, como a de esporte, cultura, assistência social, saúde, de modo a avaliar conjuntamente o processo e manter todos os envolvidos informados sobre as decisões da secretaria, os procedimentos previstos e as ações planejadas. O segundo refere-se à comunicação com a população em geral, Informando e fornecendo um panorama do que está acontecendo nas escolas e na cidade, como um todo. Nos dois casos, é importante que se considerem as várias formas de comunicação: encontros presenciais e uso da mídia impressa, televisiva, digital e rádios locais. Importante que, em todos eles, haja a possibilidade de participação da população, por meio de espaços para que expressem suas opiniões e propostas.

Outro ponto importante a considerar é a comunicação entre escolas e famílias. A equipe técnica da secretaria deve auxiliar as escolas a preparar encontros com os pais para se inteirarem da proposta de educação integral, esclarecerem suas dúvidas e compartilharem responsabilidades. Esses encontros podem se caracterizar como formação para os pais se, além da comunicação do desenvolvimento da proposta, forem recheados www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de Guia Educação Integral: orientações para implementação no município

com pequenas palestras, mesas redondas ou exibição de vídeos curtos, seguidos de debate.

Dica:

Criar um boletim informativo que circule, periodicamente, pelas instituições e pela cidade, por diferentes meios de comunicação: jornais, rádios, internet, além de eventos organizados pela própria equipe de acompanhamento e registro formada por representantes das secretarias envolvidas, das escolas e ONGs para realizar o acompanhamento e sistematizar os dados do processo.

Foi assim em...

Betim (MG) - 2009-2012

Há uma preocupação da administração com a participação dos profissionais e da população no processo de implementação da política de educação integral, no município, desde seu início. Por isso, a comunicação é constante com todos os segmentos: para ouvir e para oferecer informações na hora de planejar, de acompanhar e de avaliar.

Os instrumentos de avaliação são construídos por ocasião da elaboração do planejamento anual, com descrição simples dos indicadores, para que todos possam avaliar. Além disso, há encontros sistemáticos com as famílias, centralizados e descentralizados. Todo esse processo gera muitas informações que colaboram para o aperfeiçoamento e sucesso da

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

política.

4 Vale a pena consultar

Confira indicações de links, publicações e vídeos relacionados ao tema Educação Integral.

Links

[Banco de oficinas de educação integral](#)

Sugestões de atividades, dirigidas a educadores de escolas de jornada ampliada e de organizações não governamentais, que desenvolvem trabalhos socioeducativos com crianças, adolescentes e jovens.

[Carta das cidades educadoras](#)

Apresenta os princípios ratificados no Primeiro Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona em 1990.

[Programa Mais Educação](#)

Página do MEC com documentos sobre o Programa Mais Educação, estratégia do governo federal para implantar a educação integral.

[Midiateca – Prêmio Itaú-Unicef](#)

Publicações produzidas pelo Programa Prêmio Itaú-Unicef, disponíveis para download. Os materiais sistematizam o conhecimento e experiências do Prêmio criado em 1995, considerado um grande indutor de práticas e programas na área de educação integral.

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de **Guia Educação Integral:** orientações para implementação no município

Publicações

[Percursos da Educação Integral \(2013\)](#)

[Tendências para a Educação Integral \(2011\)](#)

[Educação Integral em Maringá, 2012](#)

[Escola Estadual de Tempo Integral, Goiás, 2011](#)

THIESEN, JUARES DA SILVA. *Tempo integral – uma outra lógica para o currículo da escola pública*. 2006. Universidade Federal de Santa Catarina –
<http://www.abed.org.br/seminario2006/pdf/tc021.pdf>

GUARÁ, ISA MARIA F. R. *Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola*.
<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1471/1220>

Vídeos

Lançamento da publicação Percursos da Educação Integral

http://www.youtube.com/watch?v=gAVnCS_NTrM

Planejamento de Projetos - Isabel Santana

<http://www.youtube.com/watch?v=6X1W1pticPg>

Macaé Evaristo fala sobre Projeto de Educação Integral em BH

<http://www.youtube.com/watch?v=YshmrDzayVQ>

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

Políticas de **Guia** Educação Integral: orientações para implementação no município

Educação Integral - Nazira Arbache

<http://www.youtube.com/watch?v=599H9XEjROw>

www.educacaoeparticipacao.org.br/guiaeducacaointegral

